HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS SUAS REPRESENTAÇÕES NO DEBATE EDUCACIONAL BRASILEIRO

Alana de Jesus Senna
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-3152-1474
Endereço eletrônico: alanajesussenna@gmail.com

Cíntia Borges de Almeida
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8084-9888
Endereço eletrônico: cbalmeida@uesc.br

Palavras-chave: História da Educação; Educação Especial; Representações.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, em fase de desenvolvimento, se propõe a entender a História da Educação Especial articulada às representações presentes no debate educacional brasileiro. A escolha desta temática justifica-se em razão da configuração do campo da Educação Especial, que historicamente se constituiu via uma estrutura socioeducacional de exclusão e/ou segregação das pessoas com deficiência, o que consideramos decisivo para entender os desafios atuais de uma educação pública, com vistas à promoção da equidade e a qualidade no ensino para todas as pessoas.

Para tanto, propomos um estudo conectado entre um compromisso social e o saber histórico, conforme Cíntia Almeida e Raquel Bonfim (2023) sugerem, pois este nos capacita a ver os elos do nosso presente com um passado público, nos libertando para reinventar, criar, transformar os nossos cotidianos, aspirações e projetos dentro e fora das escolas, participando ativamente das proposições para a efetivação da educação democrática e para a formação docente com compromisso social.

Diante do exposto, o objetivo geral é analisar o debate e as representações (Chartier, 1990) presentes nas Revistas Brasileiras de História da Educação, articulados à análise documental das legislações atuais, Constituição Federal Brasileira de 1988; a LDB, nº 9.394/1996; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008; e a Lei nº 13.146/2015 - LBI, de modo a entender as aproximações e as divergências com a História da Educação Especial no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão, inserida no campo da História da Educação, constitui-se a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando o procedimento bibliográfico e documental como um caminho metodológico. Partindo de uma perspectiva histórica, realizou-se uma revisão sistemática sobre a Educação Especial nos principais periódicos do campo, utilizando os descritores: "Educação Especial" e "História da Educação Especial", para identificar e acompanhar o debate educacional nos periódicos: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), Revista de História da Educação (ASPHE), Cadernos de História da Educação e Revista HISTEDBR.

Para analisar os debates, consideramos alguns conceitos indispensáveis, de modo a operar a representação construída e os aspectos ditos e silenciados. O aporte teórico da História Cultural, ancorado no historiador Roger Chartier (1990), permite compreender os diferentes momentos da recente História da Educação Especial no Brasil, que influenciam o modo como a realidade social das pessoas com deficiência é pensada, construída e realizada nos espaços escolares, a partir do conceito de representação. Conforme sinalizado por Chartier "as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados" (1990, p. 17). Tratando-se das relações de força para manutenção da ordem social e das relações de poder, aprofundaremos na análise do discurso de Michel Foucault (1970), implicadas nas identidades culturais impregnadas nos espaços escolares, longe de ser esse elemento transparente ou neutro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o estágio atual da pesquisa, apresentamos o conjunto de autores localizados no levantamento bibliográfico, com diálogo mais fecundo. Na Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), o artigo "*A Revista Infância Excepcional (1933 – 1979): mudanças e permanências no discurso sobre Educação Especial*", permitiu que as autoras Barbosa e Borges (2025), analisassem mudanças e permanências nos discursos da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Analisar esta fonte possibilitou compreender as mudanças de concepções destinadas à definição do público da Educação Especial, marcadas pelos avanços

acerca dos conhecimentos sobre a condição de deficiência e a construção da ideia de que a necessidade de educar os "excepcionais" fazia parte do escopo dos direitos humanos. Elegemos algumas pesquisas que dialogam com o nosso trabalho proposto:

Na Revista de História da Educação (RHE) o artigo "*Formação de profissionais especializados para educação de excepcionais: proposições e representações a partir do impresso periódico Mensagem da APAE (1963-1973)*", Furtado e Bezerra (2020), abordam a forma como era tematizada e representada a formação de profissionais especializados para a educação de "excepcionais", a partir da perspectiva historiográfica de Chartier. Os autores apontam que a pesquisa em História da Educação Especial brasileira ainda é emergente e sem prestígio, embora seja um terreno promissor, no qual a comunidade científica ainda não se debruçou, o que demonstra que há uma lacuna sobre esse (re) conhecimento na historiografia nacional e ratifica a relevância da nossa pesquisa.

No periódico Cadernos de História da Educação, Miranda (2008), em "*Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico*", demonstra que, a implementação das políticas pertinentes à Educação Especial está articulada aos ideários, concepções e necessidades históricas específicas de cada período e a desarticulação de medidas dificulta a efetiva escolarização e a inclusão das pessoas com deficiência. Constata-se, que por parte dos professores e profissionais da educação, é grande a resistência em aceitar o desafio atual colocado pela proposta da escola inclusiva, sendo esta, uma questão necessária e urgente.

O artigo "*História e contradições na educação da pessoa com deficiência: da eliminação ao atendimento educacional especializado*", das autoras Pertile e Mori (2021), na Revista HISTEDBR, discute a historicidade da educação da pessoa com deficiência com o objetivo de compreender o percurso que culminou nas propostas atuais, e nos mostra que, historicamente, houve ênfase na incapacidade e anormalidade para legitimar a exclusão.

Por fim, em "*Helena Antipoff e a educação dos "excepcionais": uma análise do trabalho como princípio educativo*", de Rafante e Lopes (2009), há uma análise a partir dos primeiros anos da trajetória da educadora russa no Brasil e os princípios educativos implementados nas instituições criadas por ela, para atender os considerados "excepcionais". Apresentam uma perspectiva histórica do conceito de institucionalização, entendido como instrumento dos setores dominantes da sociedade para conservar a ordem vigente, no sentido de detectar o diferente e isolá-lo, sendo, portanto, a educação "apenas" um meio para, de fato,

proteger e conservar o ordenamento social.

O levantamento bibliográfico, portanto, nos conduziu ao reconhecimento de terminologias construídas historicamente e presentes nos diferentes projetos que debateram a deficiência no país. Entre eles, destacam-se as nomenclaturas: "excepcional" e "educação especial", ainda, registros que associam a pessoa com deficiência aos conceitos de anormal, idiota, imbecil, retardado, demente, louco; demonstrando a representação de uma estrutura social com base histórica na depreciação e na rudimentalidade, atribuída aos sujeitos da educação fora do padrão estabelecido à ordem social e a um projeto de sociedade determinada como civilizada e em vias de desenvolvimento.

Tais considerações revelam que, em acordo com o corpus legislativo, a partir da redemocratização no país, a Constituição Federal Brasileira de 1988; a LDB, nº 9.394/1996; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008; e a Lei nº 13.146/2015 - LBI; houve transformações significativas, que colocam o indivíduo à frente de sua condição, focando na valorização da pessoa humana e não na sua limitação. Esse avanço, ainda que incipiente, foi possível pela compreensão da Educação Especial como uma modalidade de educação escolar transversal a todas as etapas, níveis e modalidades.

CONCLUSÕES

Em razão das análises e reflexões provocadas pela pesquisa iniciada, identificamos um percurso histórico marcado pela exclusão ou segregação das pessoas com deficiência nos sistemas educativos, repercutindo no modo como a realidade social das pessoas com deficiência é pensada, construída e realizada nos espaços escolares.

A partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, ocorreram no país mudanças significativas no que se refere à institucionalização do direito de todas as pessoas à educação básica. No entanto, embora haja um intenso e recente movimento a favor da inclusão educacional, que visa reconhecer as pessoas com deficiência como partícipes de um projeto democrático e cidadão, tendo-as como sujeitos de direitos, há, também, inúmeras barreiras impostas perceptíveis no processo educativo que seguem sendo experienciadas nas escolas.

Espera-se que o estudo contribua para o entendimento histórico-crítico das políticas da Educação Especial no Brasil, que foram e são estruturadas para garantir, ou não, o direito à educação pública de qualidade para todas as pessoas e apresenta grande relevância social e educacional, sobretudo por refletir os desafios e desigualdades presentes no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Esther Augusta Nunes; BORGES, Adriana Araújo Pereira. A revista Infância Excepcional (1933-1979): mudanças e permanências no discurso sobre a Educação Especial. **Revista Brasileira de História da Educação**, *[S. l.]*, v. 25, n. 1, p. e352, 2024. DOI: 10.4025/rbhe.v25.2025.e352.Disponívelem: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/72202. Acesso em: 17 jun. 2026.

BEZERRA (BRASIL), Giovani Ferreira; FURTADO (BRASIL), Alessandra Cristina. Formação de profissionais especializados para educação de excepcionais: proposições e representações a partir do impresso periódico Mensagem da APAE (1963-1973). **Revista História da Educação**, *[S. l.]*, v. 24, p. e88388, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/88388. Acesso em: 27 jun. 2026.

BONFIM, Raquel Freire; ALMEIDA, Cíntia Borges de. O (não) lugar da história da educação nas pesquisas interventivas para a formação docente nos mestrados profissionais da Bahia. **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, *[S. l.]*, v. 11, n. 23,2023.DOI: 10.52521/bilros.v11i23.14146.Disponívelem: https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/14146. Acesso em: 17 jun. 2026.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília. Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 10 jun. 2025.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Difel: Lisboa; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. **Aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 5ª edição: setembro de 1999. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 7, 2009. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880. Acesso em: 5 out. 2025.

PERTILE, Eliane Brunetto; MORI, Neli Nonato Ribeiro. História e contradições na educação

da pessoa com deficiência: da eliminação ao atendimento educacional especializado. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021035, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8659160.Disponívelem: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659160. Acesso em: 5 out. 2025.

RAFANTE, Heulalia Charalo; LOPES, Roseli Esquerdo. Helena Antipoff e a educação dos "excepcionais": uma análise do trabalho como princípio educativo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 228–252, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639565. Disponívelem: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639565. Acesso em: 5 out. 2025.